

FORUM DE MONITORIA DO ORÇAMENTO

Maputo, 2 de Outubro, 2020 Número 10

Português

DÍVIDAS OCULTAS

Que tratamento será dado pela PGR aos arrolados de luxo no processo autónomo?



Audição de Armando Guebuza e a divulgação de nomes de figuras arroladas no processo autónomo são as mais recentes novidades da longa-metragem das dívidas ocultas. A antiga administração do Banco Central faz parte dos arrolados de luxo

na segunda "incurção" de Beatriz Buchili, a Procuradoria-Geral da República desconfiada pelo antigo Estadista Armando Guebuza.

Mesmo desconfiado, Armando Guebuza terá sido ouvido na quarta-feira, 30 de Setembro, pelo Ministério Público, no âmbito do pro-



cesso autónomo nº536/11/P/2019 que investiga as dívidas ocultas. A audição aconteceu duas semanas depois da reunião do Conselho de Estado que decidiu a favor do pedido feito pela Procuradora-Geral da República para ouvir Armando Guebuza, nos termos do artigo 16 da Lei 5/2005, de 1 de Dezembro, que regula a organização do Conselho de Estado e define o estatuto dos seus membros.

Na verdade, a sessão do Conselho de Estado aconteceu depois de uma batalha jurídica envolvendo os advogados do antigo Estadista, o Presidente da República (Filipe Nyusi) e a Procuradoria-Geral da República (PGR). Tudo começou em Novembro de 2018 quando a Beatriz Buchili notificou Armando Guebuza para prestar esclarecimentos relacionados com as dívidas ocultas, incluindo a criação e concessão do Sistema Integrado de Monitoria e Protecção (SIMP), a constituição das empresas (ProIndicus, EMATUM e MAM), contratação dos empréstimos e a utilização dos mais de dois mil milhões de dólares (USD) concedidos

pelo banco suíço Credit Suisse e pelo russo VTB Bank.

Antes de responder à solicitação da PGR, o antigo Estadista informou ao Presidente da República, pois era seu entendimento que aquela diligência carecia de autorização do Conselho de Estado. Em resposta, o Presidente da República recomendou ao seu antecessor que atendesse à solicitação, justificando que não havia obrigação legal para uma autorização do Conselho de Estado.

Mas Guebuza insistiu na questão, mesmo perante a pressão da PGR para que respondesse às perguntas. Filipe Nyusi também insistiu na mesma resposta, mas abriu a possibilidade de o antigo Estadista solicitar esclarecimentos junto da Conselheira para Assuntos Jurídicos e Constitucionais do Presidente da República. Consultada, Benvinda Levi acabou concordando com a questão levantada por Armando Guebuza, nomeadamente a necessidade da convocação do Conselho de Estado para analisar a solicitação da PGR.

Entretanto, a reunião do Conselho de Estado em que foi autorizada a audição de Armando Guebuza só veio a realizar-se no dia 15 de Setembro último, passados quase dois anos depois do debate jurídico feito através de troca de correspondências entre os advogados do antigo Estadista, o Presidente da República e

a PGR. A audição de quarta-feira foi a segunda em que o antigo Estadista foi submetido desde que iniciaram as investigações das dívidas ocultas. A primeira aconteceu em Novembro de 2016, quando Guebuza foi ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar as dívidas ocultas.

Antiga administração do Banco Central arrolada no processo autónomo

Além do antigo Presidente da República, a PGR arrolou como declarantes do processo autónomo nº536/11/P/2019 que se encontra em instrução preparatória várias personalidades, com destaque para antigos dirigentes do Banco de Moçambique, nomeadamente Ernesto Gove (antigo Governador do Banco de Moçambique); Waldemar de Sousa (antigo Administrador do Banco de Moçambique); Joana Matsombe (antiga Administradora do Banco de Moçambique); e Silvina de Abreu (antiga Directora do Departamento de Relações Internacionais, Comunicação e Imagem).

Vale recordar que no dia 7 de Abril de 2016, Ernesto Gove, à época Governador do Banco de Moçambique, disse a jornalistas que não tinha conhecimento das novas dívidas que acabavam de ser reveladas pela imprensa estrangeira. Três anos depois, concretamente em Março de 2019, a acusação do Ministério Público contra os 19 arguidos detidos (o vigésimo está em liberdade) no âmbito do processo 18/2019-C, veio mostrar que, afinal, Ernesto Gove não só tomou conhecimento dos factos, como também autorizou a contratação das dívidas para a ProIndicus, EMATUM e MAM¹.

Através de uma carta de 08 de Março de 2013, Eugénio Zitha Matlaba, então PCA da ProIndicus, solicitou ao Banco de Moçambique a homologação do acordo do empréstimo a ser concedido pelo Credit Suisse, assinalando que o valor de 372 milhões de dólares deveria ser transferido para o grupo Privinvest. Seis dias depois, o Banco Central comunicou à ProIndi-



cus a autorização da contratação do financiamento, através de um ofício subscrito por Silvina de Abreu e com o competente despacho do Governador do Banco de Moçambique que se baseava em pareceres internos.

O contrato inicial de financiamento entre a ProIndicus e o Credit Suisse foi de USD 372 milhões e foi assinado no dia 28 de Fevereiro de 2013, dois meses depois da criação da empresa. No dia 14 de Junho de 2013, o contrato de financiamento foi alterado pelas partes, aumentando-se o valor do empréstimo em USD

¹ <http://opais.sapo.mz/ernesto-gove-autorizou-contratacao-de-emprestimos-para-proindicus-ematum-e-mam>

250 milhões de dólares.

Após conseguir as garantias emitidas pelo então Ministro das Finanças, Manuel Chang, a ProIndicus solicitou ao Banco de Moçambique a homologação do aumento de USD 250 milhões, em carta de 11 de Junho. Um dia depois, o Banco Central emitiu um parecer favorável ao aumento do empréstimo, fazendo referência à natureza estratégica do projecto. A carta enviada à ProIndicus foi assinada por Silvina de Abreu.

Criada a 02 de Agosto de 2013, a EMATUM também teve a aprovação de Ernesto Gove para contratar o empréstimo de USD 850 milhões. No dia 16 de Agosto de 2013, na mesma data em que solicitou a garantia do Ministro das Finanças, a EMATUM solicitou a aprovação do Banco de Moçambique para o empréstimo, explicando que dos USD 850 milhões, USD 785,4 milhões seriam transferidos directamente para a conta da empresa contratada para o fornecimento de bens. Cinco dias depois, a EMATUM recebia a autorização do Banco de Moçambique, através de um ofício assinado por Silvina de Abreu, com o despacho do Governador Ernesto Gove que se baseava em pareceres internos.

Criada a 3 de Abril de 2014, a MAM conseguiu a garantia do Governo para contratar um empréstimo de USD 540 milhões, no dia 20 de Maio. No mesmo dia em que assinou a garantia para a MAM, o Ministro das Finanças fez questão de solicitar ao Banco de Moçambique a aprovação do contrato de empréstimo à MAM. Na mesma data, 20 de Maio, o Banco de Moçambique comunicou ao PCA da MAM a aprovação do pedido de autorização para a contratação da dívida de USD 540 milhões.

Além dos antigos dirigentes do Banco Central, a PGR arrolou, no processo autónomo nº536/11/P/2019, outros declarantes, com destaque para Armando Inroga (antigo Ministro da Indústria e Comércio); Maria Isaltina Lucas (antiga Directora Nacional do Tesouro); Osório Lucas (Director do Porto de Maputo). Na sua

qualidade de Directora Nacional do Tesouro nos anos 2013 e 2014, Maria Isaltina Lucas é citada no relatório da auditoria internacional da Kroll como tendo participado activamente na emissão de garantias de Estado sem nenhuma base legal para as três empresas beneficiárias das dívidas ocultas.

Depois de dirigir a Direcção Nacional de Tesouro nos últimos anos de governação de Guebuza, Maria Isaltina Lucas foi nomeada Vice-Ministra da Economia e Finanças por Filipe Nyusi, em Março de 2016. Mas ela viria a ser exonerada do cargo em Fevereiro do ano passado quando o seu nome já era citado como sendo uma das beneficiárias do dinheiro das dívidas ocultas. Aliás, a sua exoneração aconteceu dias depois das primeiras detenções de pessoas suspeitas de envolvimento no caso das dívidas ocultas, o que criou a percepção de que ela seria em breve recolhida às celas.

Entretanto, Maria Isaltina Lucas não foi detida e em Março deste ano foi nomeada para o cargo de Assessora do Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário. A nomeação foi alvo de contestação das organizações da sociedade civil, sobretudo da plataforma Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO), que classificou a nomeação como estratégia de protecção política de figuras que beneficiaram do dinheiro das dívidas ocultas. “Além de dar protecção política à Maria Isaltina Lucas, este Governo continua a fazer pagamentos ilegais da dívida da EMATUM, contrariando o Acórdão do Conselho Constitucional (Acórdão 5/CC/2019, de 3 de Junho) que declarou nulo o empréstimo e a respectiva garantia soberana”, denunciou Adriano Nuvunga, coordenador do FMO². Com a vaga de críticas a aumentar na esfera pública, Maria Isaltina Lucas acabou colocando o seu cargo à disposição como forma de aliviar a pressão³.

Conhecidos os nomes das figuras arroladas no processo autónomo, a grande questão que se coloca consiste em saber que tipo de tratamento será dado a cada um deles pela PGR.

² <https://cddmoz.org/fmo-escandalizado-com-a-indicacao-de-maria-isaltina-lucas-para-assessora-do-primeiro-ministro/>

³ https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2020/04/isaltina-lucas-j%C3%A1-n%C3%A3o-%C3%A9-assessora-do-pm.html

É preciso lembrar que no âmbito do processo 18/2019-C, a PGR promoveu a detenção dos principais suspeitos logo nos primeiros meses de 2019, com destaque Armando Ndambi Guebuza (filho do antigo Estadista); Inês Moiane (antiga Secretária Particular de Armando Guebuza); Manuel Renato Matusse (antigo Assessor Político de Armando Guebuza); Gregório Leão, António Carlos do Rosário e Cipriano Sisínio Mutota (todos oficiais do Serviço de Informação e Segurança do Estado - SISE,

com cargos de direcção).

À excepção de um arguido, 19 recorreram do despacho de pronúncia do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, junto do Tribunal Superior de Recurso de Maputo. Mas no início de Julho último, o tribunal de apelação rejeitou os recursos, “mantendo o despacho do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo”. Os advogados recorreram ao Tribunal Supremo, estando agora a aguardar-se pela decisão definitiva para avançar-se para a fase do julgamento.

Tribunal Administrativo ainda não responsabilizou gestores públicos envolvidos nas dívidas ocultas

Em 2018, a PGR solicitou ao Tribunal Administrativo a responsabilização financeira de gestores públicos envolvidos nos empréstimos de mais de dois mil milhões de dólares⁴. Dois anos depois, o Tribunal Administrativo ainda não tomou nenhuma decisão face à solicitação da PGR, mesmo perante evidências bastantes de irregularidades e atropelos à lei praticados pelas pessoas visadas.

Concretamente, a PGR pede a responsabilização financeira dos gestores envolvidos na autorização e emissão de garantias de Estado sem nenhuma base legal, nomeadamente Manuel Chang, então ministro das Finanças, Ernesto Gove, na altura Governador do Banco de Moçambique, Maria Isaltina Lucas, antiga Directora Nacional do Tesouro, Piedade Macamo, antiga Directora Nacional Adjunta do Tesouro, Gregório Leão, à época Director-Geral do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), e António Carlos do Rosário, ex-Director Nacional de Inteligência Económica do SISE e presidente dos Conselhos de Administração das empresa ProIndicus, EMATUM e MAM.

Pelo exercício simultâneo de funções no Estado e nas empresas beneficiárias dos empréstimos ilegais, em violação do regulamento do Sistema de Administração Financeira do Estado, a Procuradoria pede a responsabilização financeira de António Carlos do Rosário, Maria

Isaltina Lucas e Henrique Álvaro Gamito, à data Assessor do Ministro das Finanças.

E pela gestão de fundos provenientes das dívidas ilegais, a PGR solicita que sejam responsabilizados Victor Bernardo, PCA da ProIndicus, Eugénio Henrique Matlhaba, Raúfo Ismael Irá, António Carlos do Rosário e José Manuel Gopo, todos da ProIndicus; na Ematum, a PGR pede que sejam responsabilizados financeiramente Maria Isaltina Lucas e Ivone Lichucha, Administradoras Não Executivas; Agi Anluaé, Henrique Álvaro Gamito e Hermínio Lima Alberto Tembe, Administradores Executivos, Felisberto Manuel, Presidente da Comissão Executiva, Cristina Alice Valente Matavel, Directora-Geral, e António Carlos do Rosário, PCA. Dos gestores da MAM, a PGR pede a responsabilização do PCA António Carlos do Rosário, do Director Executivo Nazir Felizardo Passades Aboobacar, e dos Administradores Executivos Raúfo Ismael Irá e Agi Anluaé.

Além da emissão de garantias do Estado sem a observância da lei e do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), as infracções financeiras cometidas pelos 16 gestores incluem o uso do dinheiro do Orçamento de Estado para a realização do capital social das três empresas, o pagamento de dívidas das empresas com fundos do Estado e com empréstimos concedidos pelo Novo Banco e Banco Nacional de Investimentos (BNI), com novas garantias

⁴ <http://opais.sapo.mz/pg-r-solicita-responsabilizacao-de-16-gestores-publicos>

prestadas pelo Estado, a utilização de dinheiro público proveniente dos empréstimos contraídos para finalidades diversas, pagamentos indevidos, extravio de documentos, sonegação

e deficiente prestação de informações à auditoria internacional da Kroll, execução de actos e contratos sem a sua submissão à fiscalização obrigatória do Tribunal Administrativo.

Membros do FMO



Parceiros de financiamento



Contactos

CDD: Organização hospedeira	FMO
<p>Editor: Prof. Adriano Nuvunga Autor: Emídio Beúla</p> <p>📍 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo ☎ +258 21 085 797 ✉ info@cddmoz.org 🌐 www.cddmoz.org 🐦 @CDD_Moz 📺 @CDDMoz 📺 @CDD_Moz</p>	<p>🌐 www.fmo.org.mz ✉ fmozambique@gmail.com 📺 FMO.Mozambique 🐦 @FMO_Moz 📺 Youtube</p>